

Destaque

Gazeta Mercantil

Carga tributária pode atingir 51,6% do faturamento setorial

São Paulo, 6 de Outubro de 2005 - Em 2005, 43,3% da receita bruta irão para os cofres públicos por meio de tributos e encargos. A carga tributária aplicada no setor elétrico deve totalizar 43,28% de seu faturamento em 2005, o que passando dos R\$ 40 bilhões. Para 2006, as estimativas apontam para um percentual ainda maior, de 51,58% da receita bruta (que deve superar os R\$ 100 bilhões). Os valores, calculados pela consultoria PricewaterhouseCoopers a pedido de associações e entidades do setor, foram divulgados ontem pela manhã, em meio à rumores sobre a possibilidade de votação da MP do Bem no Senado e diante da forte possibilidade de retirada de todos os pleitos conquistados pelo agentes na votação da Câmara.

O estudo "Impacto da Carga Tributária no Setor Elétrico" levou em conta que todas as hipóteses de alteração da legislação tributária sejam efetivadas para o ano que vem, como a unificação do ICMS em 25%. "Para ser mais conservadores, desconsideramos o acréscimo de 5% permitido para quatro bens sob escolha da autoridade econômica, previsto no mesmo texto hoje em tramitação ", afirmou Gileno Baretto, responsável pelo estudo da Price.

Segundo o levantamento, realizado a partir das informações de 49 empresas que representaram 75,3% do faturamento de 2004, os estados são responsáveis pela maior mordida, somente este ano, devem receber 20,47% do faturamento das elétricas. Para 2006, o índice passaria a 25,18%.

"Há quem critique a posição de sugerir que o ICMS pode ir para 25% por achar que pode haver negociação para 18% ou 23%, mas levamos em conta que os estados são muito dependentes dessa arrecadação", disse Baretto, lembrando que de 2002 a 2004 a participação do setor elétrico na arrecadação de ICMS cresceu 50% e atingiu os 15,1% do total no País.

Os tributos federais consomem 10,58% da receita das elétricas, já os encargos setoriais retiram outros 10,36%. Estes dois itens também foram responsáveis pelo maior crescimento na carga de tributos e encargos do setor. Enquanto IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, Cofins, CPMF e ITR apresentam juntos um aumento de 33,9%, encargos setoriais como Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), e Encargo de Capacidade Emergencial (ECE) entre outros, tiveram uma elevação de 67,9%.

Ao comentar os resultados do estudo, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, ressaltou que o atual nível de tributos no Brasil para o setor não é atrativo, nem para os investidores, nem para o consumo de eletricidade.

O presidente da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Paulo Pedrosa, lembrou que além dos tributos e encargos analisados no estudo, consumidores têm sofrido com os crescentes subsídios. Ele citou a contribuição da iluminação pública e a tentativa da prefeitura de São Paulo de cobrar IPTU dos postes da rede de distribuição. "Isso pode gerar ser repetido em outras cidades e explodir nas tarifas."

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Luciana Collet)